DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, sexta-feira, 18 de junho de 1982 — ANO VII-Nº 114

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 6.810, DE 17 DE JUNHO DE 1982

Autoriza a doação de bens móveis à Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A — SAB e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, tendo em vista o disposto no artigo 1º da Lei nº 6.267, de 24 de novembro de 1975, e o que consta do Processo nº 8.659/82,

DECRETA:

Art. 1º — Fica autorizada a doação à Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A — SAB, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura e Produção, dos bens móveis constantes do anexo único, deste Decreto.

Art. 2º — A doação a que se refere o artigo anterior é feita com plena liberdade de uso, gozo e destinação.

Art. 3º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1982
94º de República e 23º de Brasília
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
ALCEU S ANCHES

SECRETARIA DE FINANÇAS

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DO DECRETO

Nº 6.810, DE 17 DE JUNHO DE 1982

Nº DE ORDEM	TOMBAMENTO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
01	58.613	01	Automóvel Volkswagen, tipo Sedan, modelo 1.300, ano de fabricação 1977.
02	64.569	01	Camioneta Volkswagen, tipo Kombi Standard, ano de fabricação 1978.
03	71.430	01	Automóvel Volkswagen, tipo Sedan, ano de fabricação 1979.
04	71.431	01	Automóvel Volkswagen, tipo Sedan, ano de fabricação 1979.

DECRETO Nº 6.811, DE 17 DE JUNHO DE 1982

Altera o Decreto nº 6.560, de 11 de janeiro de 1982, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

DECRETA:

Art. 1º — Tornar sem efeito a criação da função de Assistente, Código LT-DAI-112 3, do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, efetivada pelo Decreto nº 6 560, de 11 de janeiro de 1982.

Art. 2º — Criar na Tabela de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, parte referente à Junta Administrativa de Recursos de Infrações, uma função de Secretário Administrativo, Código LT-DAI-112 2, do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias.

Art. 3º — Estabelecer para a função de que trata o artigo anterior a correlação com as categorias funcionais de Agente Administrativo ou Datilógrafo.

Art. 4º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1982
94º da República e 23º de Brasília.
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA

DECRETO Nº 6.812, DE 17 DE JUNHO DE 1982

Dispõe sobre a criação de empregos para constituição da Categoria Funcional de Agente de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 7º da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam criados, nos termos do Anexo deste Decreto, empregos permanentes para composição da Categoria Funcional de Agente de Trânsito, do Grupo — Outras Atividades de Nível Médio, Código LT-NM-800, da Tabela de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Art. 2º — O provimento dos empregos de que trata o artigo anterior, dar-se-á na classe inicial, mediante ascensão funcional ou admissão de candidatos aprovados em concurso público.

Art. 3º — As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Art. 4º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1982
94º da República e 23º de Brasília.
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ ANTÔNIO AROCHA DA CUNHA
PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA

A N E X O

(Decreto nº 6.812, de 17 de junho de 1.982)

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

TABELA DE PESSOAL

EMPREGOS PERMANENTES

GRUPO	CATEGORIA FUNCIONAL / CLASSE	CÓDIGO	EMPREGOS CRIADOS
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO	AGENTE DE TRÂNSITO Classe "A"	LT-NM-823.A	22

SUMÁRIO

PÁGINA

ATOS DO GOVERNADOR 1
SECRETARIA DO GOVERNO 5
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 6
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 7
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 8
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 8
TRIBUNAL DE CONTAS 9
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES 15

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 3° andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

Os suplementos às edições serão vendidos, separadamente, na Seção de Distribuição, no andar térreo do Anexo do Buriti.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIARIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 3° andar
Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇÃO: Direto: 225-7803
PABX - 225-6830 - Ramal 312

OFICINAS - Direto - 226-4357
PABX - 225-2515 Ramal 27

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual..... Cr$3.000,00
Semestral..... Cr$1.500,00

FUNCIONARIOS

Anual..... Cr$2.000,00
Semestral..... Cr$1.000,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido da taxa respectiva

MATERIA PAGA

1.1 Página inteira..... Cr$16.803,60
Por centímetro de coluna..... Cr$ 254,60

NUMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DECRETO N.o 6.813, DE 18 DE JUNHO DE 1982.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 89, item I, da Lei nº 6.963 de 07 de dezembro de 1.981, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 009526/82,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria do Governo o crédito suplementar no valor de Cr$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

03090212.010 - Manuterção das Atividades da Secretaria do Governo
00 - 3.1.2.0 - Material de Consumo..... 1.800.000,00
00 - 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... 4.700.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial da dotação orçamentária que se segue da própria Secretaria do Governo.

03090431.002 - Desenvolvimento Organizacional e Estrutural da Administração do Distrito Federal
00 - 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... 6.500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1.982.
94º da República e 23º de Brasília.
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 6.814, DE 18 DE JUNHO DE 1982.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 89, item I, da Lei nº 6.963 de 07 de dezembro de 1.981, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 260552/82,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos o crédito suplementar no valor de Cr$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

03070212.034 - Manutenção das Atividades do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos
54 - 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... 1.250.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação, tendo em vista o Convênio nº 041/82, celebrado entre o Ministério do Interior e o Governo do Distrito Federal, em 26 de março de 1.982.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 2º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1.982.
94º da República e 23º de Brasília.
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

DECRETO N.o 6.815, DE 18 DE JUNHO DE 1982.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 89, item I, da Lei nº 6.963 de 07 de dezembro de 1.981, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no processo nº 007756/82.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras o crédito suplementar no valor de Cr$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

16880212.849 - Manutenção das Atividades do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal

00-3.2.1.1-02 - Outras Despesas Correntes..... 4.800.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária que se segue:

3900.99999999.999 - Reserva de Contingência

00 - 9.0.0.0 - Reserva de Contingência 4.800.000,00

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, no valor a que se refere o presente Decreto, na forma do quadro anexo.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1.982.
94º da República e 23º de Brasília.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

Código	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE CR$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.901	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	801.808.717	1.372.781.263	2.269.573.560	2.658.682.735	7.102.846.275
	- Pessoal e Encargos Sociais	87.692.538	112.431.462	-.-	-.-	200.124.000
	- Outras Despesas Correntes	76.681.469	88.783.531	86.000.000	116.000.000	367.465.000
	- Despesas de Capital	134.890.980	434.200.000	1.577.129.560	2.404.882.735	4.551.103.275
	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP					
	- Pessoal e Encargos Sociais	276.000.000	340.000.000	379.734.000	-.-	995.734.000
	- Outras Despesas Correntes	23.000.000	20.000.000	17.000.000	26.500.000	86.500.000
	- Despesas de Capital	14.000.000	20.000.000	9.000.000	20.000.000	63.000.000
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	100.000.000	130.000.000	47.010.000	-.-	277.010.000
	- Outras Despesas Correntes	53.830.000	18.080.000	1.200.000	1.800.000	74.910.000
	- Despesas de Capital	35.713.730	209.286.270	152.500.000	89.500.000	487.000.000
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-.-	161.255.000	299.737.555	2.725.001.140	3.185.993.695

DECRETO N.o 6.816, DE 18 DE JUNHO DE 19 82.

Altera valores das Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao exercício de 1.982, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana - SLU e da Secretaria do Governo.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, inciso II, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1.960 e tendo em vista o que consta no processo nº 003951/82.

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alteradas na forma do quadro anexo, as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao exercício de 1.982, nos valores fixados em Outras Despesas Correntes do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana - SLU e da Secretaria do Governo.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1.982.
94º da República e 23º de Brasília.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE CR$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
2.004	SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA-SLU	250.499.714	389.436.286	289.300.000	315.000.000	1.244.236.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	200.852.640	305.147.360	289.300.000	-.-	795.300.000
	- Outras Despesas Correntes	48.703.240	81.496.760	-.-	-.-	130.200.000
	- Despesas de Capital	943.834	2.792.166	-.-	315.000.000	318.736.000
1.301	SECRETARIA DO GOVERNO	155.935.877	533.034.158	580.989.780	294.955.404	1.564.915.219
	- Pessoal e Encargos Sociais	47.878.997	113.875.360	75.087.643	50.000.000	286.842.000
	- Outras Despesas Correntes	1.556.880	187.928.798	333.902.137	164.148.404	687.536.219
	- Despesas de Capital	-.-	58.730.000	41.000.000	40.000.000	139.730.000
	COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN					
	- Pessoal e Encargos Sociais	90.000.000	161.000.000	120.000.000	30.272.000	401.272.000
	- Outras Despesas Correntes	15.000.000	10.000.000	10.000.000	9.535.000	44.535.000
	- Despesas de Capital	1.500.000	1.500.000	1.000.000	1.000.000	5.000.000

DECRETO N.o 6.817, DE 18 DE JUNHO DE 19 82.

Altera valores de projetos da Secretaria de Viação e Obras.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960, e tendo em vista o que consta no processo nº 360324/82.

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alterados na forma do quadro anexo, os valores dos projetos 1.906 - Execução do Plano Rodoviário do Distrito Federal e 1.907 - Recuperação, Conservação e Melhoramento das Rodovias do Plano Rodoviário do Distrito Federal.

Parágrafo Único - A alteração de que trata o presente Decreto refere-se ao elemento de despesa 4.3.1.1-01 - Auxílios para Investimentos e fonte de recurso 12 - Imposto Sobre os Serviços de Transportes Rodoviários Interestadual e Intermunicipal de Passageiros e Cargas.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1.982.
94º da República e 23º de Brasília.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 6.817, DE 18 DE JUNHO DE 1.982.

FUNÇÃO-PROGRAMA-SUBPROGRAMA-PROJETO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
16885311.906 - Execução do Plano Rodoviário do Distrito Federal	337.000.000	314.000.000
16885311.907 - Recuperação, Conservação e Melhoramento das Rodovias do Plano Rodoviário do Distrito Federal	150.000.000	173.000.000
SOMA	487.000.000	487.000.000

DECRETO N.o 6.818, DE 18 DE JUNHO DE 19 82.

Altera valores das Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao exercício de 1.982, da Secretaria de Finanças.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, inciso II, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1.960 e tendo em vista o que consta no processo nº 010627/82.

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alteradas na forma do quadro anexo, as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao exercício de 1.982, nos valores fixados em Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital da Secretaria de Finanças.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1.982.
94º da República e 23º de Brasília.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE CR$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.500	SECRETARIA DE FINANÇAS	567.025.198	1.778.685.920	2.313.740.201	2.244.866.213	6.904.317.532
	- Pessoal e Encargos Sociais	214.141.025	301.000.000	45.739.975	-.-	560.881.000
	- Outras Despesas Correntes	146.973.774	243.600.000	120.376.226	50.000	511.000.000
	- Despesas de Capital	205.910.399	1.234.085.920	2.147.624.000	2.244.816.213	5.832.436.532

DECRETO No 6.820, DE 18 DE JUNHO DE 1982.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 69.399.000,00 (sessenta e nove milhões, trezentos e noventa e nove mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 6.963 de 07 de dezembro de 1.981, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no processo nº 005468/82.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Administração o crédito suplementar no valor de Cr$ 69.399.000,00 (sessenta e nove milhões, trezentos e noventa e nove mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

03070212.028 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

00 - 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... 69.399.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária que se segue:

3900.99999999.999 - Reserva de Contingência

00 - 9.0.0.0 - Reserva de Contingência 69.399.000,00

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 3º trimestre, de conformidade com os artigos anteriores.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1.982.
94º da República e 23º de Brasília.
AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

Secretaria de Administração

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1982

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.501/82,

RESOLVE:

Retificar o Decreto de 22 de setembro de 1980, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 184, de 25 do mesmo mês e ano, referente à aposentadoria de HILDEBRANDO GUIMARÃES, matrícula nº 14.728-1, para considerá-lo aposentado a partir de 13 de agosto de 1980, nos termos dos artigos 176, item I, e 187, combinados com o artigo 178, item I, alínea "a", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, observados os artigos 101, item II, e 102, item I, alínea "a", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, e excluir o artigo 184, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e a expressão "com as vantagens da Referência 50" ficando ratificados os demais termos do ato concessório.

Brasília, 15 de junho de 1982
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1982

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015.090/81,

RESOLVE:

Rever os proventos da aposentadoria de SAULO FRANQUEIRO DA SILVA, Agente de Polícia, Código PC-205.B, Referência 34, matrícula nº 20.543-5, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através do Decreto de 29 de outubro de 1980, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 210, de 03 de novembro do mesmo ano, para considerá-los a partir de 03 de outubro de 1980, com base nos artigos 2º e 3º, do Decreto-lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979, combinados com o artigo 1º, da Lei nº 1.050, de 03 de janeiro de 1950.

Brasília, 15 de junho de 1982
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1982

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº 025.351/79,

RESOLVE:

Retificar o Decreto de 06 de outubro de 1980, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 196, de 13 do mesmo mês e ano, que concedeu aposentadoria a JOSMELINDA ALVES VIEIRA, matrícula nº 05.134, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir o artigo 184, inciso I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e a expressão "com as vantagens da Referência 50", ficando ratificados os demais termos do ato concessório.

Brasília, 15 de junho de 1982
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1982

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015.388/81,

RESOLVE:

Retificar o Decreto de 05 de novembro de 1981, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 211, de 09 do mesmo mês e ano, que concedeu, nos termos do artigo 242 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o artigo 1º da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, pensão especial temporária a THEREZA CRISTINA DE MATTOS e MAGDA MARA DE MATTOS, para incluir como beneficiária da pensão especial vitalícia BELLARMINA DE MATTOS, viúva, e temporária a MARGARIDA MARIA DE MATTOS e ALBERTINA MARIA MATTOS, filhas do ex-funcionário JORGE DE MATTOS, Mestre de Obras, nível 12 - A, matrícula nº 01.418-4, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 15 de junho de 1982
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1982

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Retificar o Decreto de 06 de maio de 1982, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 84, do mesmo dia, mês e ano, que concedeu aposentadoria a PIA IGNEZ PIERI, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Código M-1001.3, nível 3, matrícula nº 07.175-7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens do artigo 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e da Lei nº 6.701, de 24 de outubro de 1979, acrescidos aos proventos a complementação salarial de que trata o artigo 29, e os incentivos funcionais previstos no artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, observando-se o limite constitucional estabelecido no artigo 102, parágrafo 2º, para considerar os efeitos desta aposentadoria a partir de 30 de abril de 1982.

Brasília, 15 de junho de 1982
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Secretaria de Finanças

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1982

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o disposto no artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 6.650, de 12 de março de 1982, e o que consta do Processo nº 54.491/82,

RESOLVE:

Designar LUIZ CARLOS NUNES FREIRE, para exercer Função de Assessoramento Superior da Secretaria de Finanças do Governo do Distrito Federal.

Brasília, 16 de junho de 1982
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE

Despachos

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
Nº 31/82-GAB/SEA-

Senhor Governador:

Submeto à apreciação de Vossa Excelência minuta de ato que retifica o Decreto de 06 de maio de 1982, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 84, do mesmo dia, mês e ano, que concedeu aposentadoria a PIA IGNEZ PIERI, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Código M-1001.3, nível 3, matrícula nº 07.175-7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens do artigo 184, item II, da Lei nº 1.711/52, e da Lei nº 6.701/79, acrescidos aos proventos a complementação salarial de que trata o artigo 29 e os incentivos funcionais previstos no artigo 30, da Lei nº 6.366/76, observando-se o limite constitucional estabelecido no artigo 102, parágrafo 2º, para considerar os efeitos desta aposentadoria a partir de 30 de abril de 1982.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Brasília, 07 de junho de 1982

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração

DE ACORDO. Lavre-se o ato.

Brasília, 15 de junho de 1982

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

PROCESSO Nº: 015.090/81-GDF — 002.318/81-TCDF
INTERESSADO: SAULO FRANQUEIRO DA SILVA — Mat. nº 20.543-5
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS

Senhor Governador:

Através de Decreto de 29 de outubro de 1980, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 210, de 03 de novembro do mesmo ano, o servidor SAULO FRANQUEIRO DA SILVA foi aposentado no cargo de Agente de Polícia, Código PC-205.B, Referência 34, matrícula nº 20.543-5, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

O Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao examinar o presente processo, decidiu converter o seu julgamento em diligência junto a esta Secretaria, no sentido de considerar os proventos da citada aposentadoria a partir de 03 de outubro de 1980, com base nos artigos 2º e 3º, do Decreto-lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979, combinados com o artigo 1º, da Lei nº 1.050, de 03 de janeiro de 1950.

Diante do exposto e estando os autos devidamente instruídos, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência minuta de decreto que cumpre a diligência acima mencionada.

Brasília, 03 de junho de 1982

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração

DE ACORDO. Lavre-se o ato.

Brasília, 15 de junho de 1982

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

PROCESSO Nº: 015.388/81
INTERESSADO: MAGDA MARA DE MATTOS
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE DECRETO DE PENSÃO ESPECIAL

Senhor Governador:

Trata o presente processo de retificação do Decreto de 05 de novembro de 1981, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 211, de 09 do mesmo mês e ano, que concedeu, nos termos do artigo 242, da Lei nº 1.711/52, combinado com o artigo 1º, da Lei nº 6.782/80, pensão especial temporária à THEREZA CRISTINA DE MATTOS e MAGDA MARA DE MATTOS, para induir como beneficiária da pensão especial vitalícia BELLARMINA DE MATTOS, viúva, e temporária a MARGARIDA MARIA DE MATTOS e ALBERTINA MARIA DE MATTOS, filhas do ex-funcionário JORGE DE MATTOS, Mestre de Obras, nível 12-A, matrícula nº 01.418-4, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Diante do exposto e estando os autos devidamente instruídos, submeto à superior apreciação de Vossa Excelência minuta de decreto que retifica o ato acima mencionado.

Brasília, 07 de junho de 1982

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração

DE ACORDO. Lavre-se o ato.

Brasília, 15 de junho de 1982

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

PROCESSO Nº: 025.351/79-GDF - 002.424/81-TCDF
INTERESSADO: JOSMELINDA ALVES VIEIRA - Matr. 5.134
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE DECRETO DE APOSENTADORIA

Senhor Governador:

Pelo Decreto de 06 de outubro de 1980, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 196, de 13 do mesmo mês e ano, foi concedida aposentadoria, nos termos dos artigos 176, item II e 178, item I, letra "a", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, observados os artigos 101, item III, parágrafo único e 102, item I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, Código NS-718.B, Referência 45, a JOSMELINDA ALVES VIEIRA, matrícula nº 5.134, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens da Referência 50, de acordo com o previsto no artigo 184, inciso I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o disposto no artigo 5º, do Decreto-lei nº 1.776, de 17 de março de 1980, conquanto a soma global dos proventos não ultrapasse a remuneração percebida na atividade.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao examinar o presente processo, julgou legal a concessão, determinando, no entanto, a retificação do ato para excluir o artigo 184, inciso I, da Lei nº 1.711/52 e a expressão "com as vantagens da Referência 50".

Diante do exposto e estando os autos devidamente instruídos, submeto à superior apreciação de Vossa Excelência minuta de Decreto que retifica o ato que concedeu aposentadoria à servidora já classificada.

Brasília, 03 de junho de 1982

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração

DE ACORDO: Lavre-se o ato.

Brasília, 15 de junho de 1982

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

PROCESSO Nº: 005.501/82-GDF - 001.724/81-TCDF
INTERESSADO: HILDEBRANDO GUIMARÃES - Matr. 14.728-1
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE DECRETO DE APOSENTADORIA

Senhor Governador.

Através de Decreto de 22 de setembro de 1980, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 184, de 25 do mesmo mês e ano, foi concedida aposentadoria ao servidor HILDEBRANDO GUIMARÃES, nos termos dos artigos 176, item II e 178, item I, letra "a", da Lei nº 1.711/52, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481/77 e da Lei nº 6.226/75, observados os artigos 101, item III e 102, item I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, no cargo de Contador, Código NS-716.B, Referência 45, matrícula nº 14.728-1, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens da Referência 50, de acordo com o previsto no artigo 184, inciso I, da Lei nº 1.711/52, combinado com o disposto no artigo 5º, do Decreto-lei nº 1.776/80, conquanto a soma global dos proventos não ultrapasse a remuneração percebida na atividade.

O Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao examinar o presente processo, decidiu converter o seu julgamento em diligência junto a esta Secretaria, no sentido de considerar o servidor aposentado a partir de 13 de agosto de 1980, nos termos dos artigos 176, item I e 187, combinados com o artigo 178, item I, alínea "a", da Lei nº 1.711/52, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481/77, observados os artigos 101, item II e 102, item I, alínea "a", da Constituição Federal, bem como excluir do decreto de aposentadoria o artigo 184, item I, da Lei nº 1.711/52, e a expressão "com as vantagens da Referência 50", ficando ratificados os demais termos do ato concessório.

Diante do exposto e estando os autos devidamente instruídos, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência minuta de decreto que cumpre a diligência acima mencionada.

Brasília, 03 de junho de 1982

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração

DE ACORDO: Lavre-se o ato.

Brasília, 15 de junho de 1982

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

SECRETARIA DO GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE JUNHO DE 1982

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "d", do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, e item I do artigo 2°, do Decreto n° .004, de 20 de dezembro de 1979, RAIMUNDO NONATO BRANDÃO FI-.HO, Diretor da Divisão de Obras, matrícula 19.287-2, Código LT-DAS-101.1, Comissionado, para substituir, MARIA DE FATIMA GONÇALVES, Diretora da Div. Reg. de Lic. e Fiscalização de Obras, matrícula 18.958-8, Código .T-DAS-101.1, por motivo de férias do exercício de 1980/81, no período de 5.06 a 24.07.82.

Brasília-DF, 15 de junho de 1982

LEOSMAR LITRAN DOS SANTOS
Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE JUNHO DE 1982

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 36 do Regimento aprovado pelo Decreto n° 5.164, de 21 de março de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo n° 226.565/82,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores LUIZ FERNANDO DINIZ BORGES, Diretor da Divisão de Administração Geral, matrícula n° 12.808-2, JOAO EUSTAQUIO CORREIA, Diretor da Divisão de Obras Públicas, matrícula n° 18.771-2, ALBERTO FARAH, Assessor, matrícula n° 18.150-0, e MARIA DO CARMO MENEZES, Assistente da Divisão de Administração Geral, matrícula n° 06.229-4, todos desta Administração Regional, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Licitação de que trata o processo acima citado.

Taguatinga-DF, 15 de junho de 1982

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA
Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO N° 025/82-RA VI, DE 11 DE JUNHO DE 1982

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 21, item IV, do Regimento desta Administração Regional,

RESOLVE:

EXPEDIR a presente Ordem de Serviço pela qual fica a firma VEW — Comércio Indústria e Instalações Ltda autorizada a dar início aos serviços de Ampliação e Adequação em 02 (duas) Quadras de Esportes, localizadas na Vila Vicentina e no Setor Residencial Leste, desta cidade, objeto do Convite n° 02/82-CL/RA VI e licitação em que foi vencedora, conforme despacho exarado no Processo n° 210.229/82 e Nota de Empenho n° 242/82-SEF.

Ficam fazendo parte integrante da presente Ordem de Serviço, para rigorosa observância por parte da aludida firma, o Convite, especificações, planta e proposta da Empreiteira, que acompanharam o Convite e constam do mencionado processo.

Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de seu recebimento pela firma.

Planaltina-DF, 11 de junho de 1982

SALVIANO ANTONIO GUIMARAES BORGES
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO N° 026/82-RA VI; DE 11 DE JUNHO DE 1982

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 21, item IV, do Regimento desta Administração Regional e tendo em vista o disposto nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira;

RESOLVE:

DESIGNAR o Arqt° ANTONIO CARLOS MORAES DE CASTRO, Assessor da Administração Regional, para Executor do Ajuste feito entre esta Administração e a firma VEW — Comércio Indústria e Instalações Ltda, pacto representado pela Nota de Empenho n° 242/82-SEF e O.S. n° 025/82-RA VI — Processo n° 210.229/82, cujo objeto é a execução de serviços de Ampliação e Adequação em 02 (duas) Quadras de Esportes, localizadas na Vila Vicentina e no Setor Residencial Leste, desta cidade, cabendo ao referido Executor as atribuições de acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução dos referidos serviços.

Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.

Planaltina-DF, 11 de junho de 1982
SALVIANO ANTONIO GUIMARAES BORGES
Administrador

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA N° 20 DE 17 DE JUNHO DE 1982

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 12, parágrafo 1°, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto n° 6.545, de 30 de dezembro de 1981,

RESOLVE:

Alterar na forma dos quadros anexos, os destaques a que se referem as Portarias n°s. 17 e 19, de 03 e 14 de junho de 1982, respectivamente.

Brasília, 17 de junho de 1982

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 20 DE 17 DE JUNHO DE 1982
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS-DAG-SEA

ATIVIDADE	ELEMENTO	Situação		TOTAL
		Anterior	Atual	
SEA - 2.028	- MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO			
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....	50.483.800	55.143.000	55.143.000
SEA - 2.029	- ENCARGOS C/A MANUT. DE TRANSP. INTERNOS			
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....	56.000.000	81.910.000	81.910.000
SEA - 2.033	- ENCARGOS COM A MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DO GDF			
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....	64.600.000,	65.030.000	65.030.000

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 20 DE 17 DE JUNHO DE 1982
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Divisão de Programação e Controle - CSH-SEA

ATIVIDADE	ELEMENTO	Situação		TOTAL
		Anterior	Atual	
SEA - 2.029	ENCARGOS C/A MANUTENÇÃO DE TRANSPORTES INTERNOS			
3.1.2.0	- Material de Consumo.....	55.000.000	59.000.000	59.000.000

PORTARIA DE 17 DE JUNHO DE 1982

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3°, alínea "a", do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, e item I, do artigo 2°, do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, SILVIA NANCI BERTAZI VIANA, Gerente da Gerência de Informação e Planejamento — CNSRH — SEA, matrícula 19.533-2, Código LT-DAS-101.2, para substituir SALVANDIR FERREIRA DE LIMA, Coordenador do Sistema de Recursos Humanos — SEA, matrícula 8.503-0, Código DAS-101.3, por motivo de férias do titular, no período de 18.06 a 17.07.82.

Brasília-DF, 17 de junho de 1982
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

PORTARIA DE 17 DE JUNHO DE 1982

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3°, alínea "a", do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, e parágrafo único, do artigo 2°, do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto n° 6.608, de 09 de fevereiro de 1982, CELSO PAULO RODRIGUES, na função de Assessoramento Superior, matrícula 6.320-7, para substituir SILVIA NANCI BERTAZI VIANA, Gerente da Gerência de Informação e Planejamento — GIP-CNSRH-SEA, matrícula 19.533-2, Código LT-DAS-101.2, por motivo de afastamento do Titular para substituir o Coordenador do Sistema de Recursos Humanos — SEA, no período de 18.06 a 17.07.82.

Brasília-DF, 17 de junho de 1982
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

SUPERVISÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº: 312.804/81
INTERESSADO: JACI VIEIRA GONÇALVES
MATRÍCULA Nº: 70.367-SLU
ASSUNTO: Acidente de tráfego
DECISÃO: Responsabilidade do servidor. Remessa do processo ao SLU, com vista ao ressarcimento dos prejuízos, orçados em Cr$ 14.200,00 (quatorze mil e duzentos cruzeiros), causados no Volkswagen, Sedan, placa TX DF-1290, e aos danos avaliados em Cr$ 1.242,24 (um mil, duzentos e quarenta e dois cruzeiros e vinte e quatro centavos), provocados no Volkswagen, Pick-Up, placa FO DF-0614.

PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº: 011.134/81
INTERESSADO: NILDO FERREIRA DA SILVA
MATRÍCULA Nº: 01.805-QPDF
ASSUNTO: Acidente de tráfego
DECISÃO: Responsabilidade do condutor do veículo particular, placa AN DF-0504. Remessa do processo à PRG, com vista a sua competência específica, inclusive aos danos, orçados em Cr$ 24.523,78 (vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e três cruzeiros e setenta e oito centavos), causados no Fiat - 147, placa FO DF-1275.

PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº: 012.656/81
INTERESSADO: LUIZ LEANDRO DE SOUZA
MATRÍCULA Nº: 19.467-QPDF
ASSUNTO: Acidente de tráfego
DECISÃO: Responsabilidade do condutor do veículo particular, Ford Corcel, placa AF DF-9719. Remessa do processo à PRG, com vista a sua competência específica, inclusive quanto aos danos, orçados em Cr$ 19.585,29 (dezenove mil, quinhentos e oitenta e cinco cruzeiros e vinte e nove centavos), causados no Volkswagen , Pick-Up, placa OF DF-8259.

PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº: 001.543/82
INTERESSADO: ALFREDO EZEQUIEL DA SILVA
MATRÍCULA Nº: 21.664-TPDF
ASSUNTO: Acidente de tráfego
DECISÃO: Responsabilidade do servidor. Remessa dos autos à DAG, com vista ao requerido no Processo nº 002.487/82. Posteriormente, encaminhamento do mesmo ao DAP, para promover o desconto da importância de Cr$ 31.726,36 (trinta e um mil, setecentos e vinte e seis cruzeiros e trinta e seis centavos) e de Cr$ 60.780,00 (sessenta mil, setecentos e oitenta cruzeiros), em 30 (trinta) parcelas, na folha de pagamento mensal do salário do servidor, pelo ressarcimento dos respectivos danos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 003.700/81
INTERESSADO: JUVENIL MENDES SOARES
MATRICULA Nº: 16.476-QPDF
ASSUNTO: Acidente de tráfego
DECISAO: Responsabilidade do servidor. Remessa do processo ao DAP, para promover o desconto da importância de Cr$ 26.121,43 (vinte e seis mil, cento e vinte e um cruzeiros e quarenta e três centavos), em 20 (vinte) parcelas, na folha de pagamento mensal, dos vencimentos do servidor, pelo ressarcimento dos danos, causados no Volkswagen, Kombi, placa FO DF-0263.

PROCESSO DE SINDICANCIA Nº: 002.459/82
INTERESSADO: MARCOS ANTONIO VASCONCELOS DE AZEVEDO
MATRICULA Nº: 57.915 – NOVACAP/SVO
ASSUNTO: Acidente de tráfego
DECISAO: Responsabilidade do condutor do Mercedes Benz, ônibus, placa ON DF-4061. Remessa do processo à PRG, com vista a sua competência específica, inclusive quanto aos danos, orçados em Cr$ 12.389,38, (doze mil, trezentos e oitenta e nove cruzeiros e trinta e oito centavos), causados no Volkswagen, Sedan, placa FO DF-0954.

PROCESSO ESPECIAL Nº: 180.043/82
INTERESSADO: WALESTAN BENEVIDES GOMES
MATRICULA Nº: 10.280-6 – QPDF
ASSUNTO: Acidente em serviço
DECISAO: Não caracterização da ocorrência, como acidente em serviço. Arquivamento do processo.

Brasília, 14 de junho de 1982

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 08 DE JUNHO DE 1982

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975, e tendo em vista o que consta do inciso II e parágrafo 1º e 2º do artigo 13 do Decreto nº 4.859, de 15 de outubro de 1979,

RESOLVE:

Conceder, a título de incentivo funcional, o regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais aos Professores de Ensino de 1º e 2º Graus, do Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, conforme relação nominal constante do Anexo desta Portaria.

Brasília, 08 de junho de 1982

EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária

ANEXO À PORTARIA DE 08 DE Junho DE 1982.

Relação nominal dos Professores de Ensino de 1º e 2º Graus, do Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, aos quais é concedido o regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

NÍVEL 3

NÚMERO DE ORDEM	N O M E	MATRÍCULA
001	CLÉLIA MORAES MILHOMEM	08.551.0
002	JACOB BATISTA DE CASTRO	04.004.5
003	JOSÉ GOMES DA SILVA	04.074.6
004	JUAREZ GONÇALVES DE GÓES	04.105.X
005	MARIA DEL MIRTIS DALLA COSTA DE OLIVEIRA	03.153.4
006	MARIA MADALENA ARAUJO	03.248.4
007	MARIETA AMARAL BRITTO	03.352.9
008	NEUZA DIAS FERREIRA	03.435.5
009	PEDRO JOÃO PAGANINE	04.321.4
010	SÁBER ABREU	04.367.2
011	THEREZINHA LUZIA DE JESUS OUTEIRO AZEVEDO LIMA	08.586.3
012	ZAIRA LUZIA VARDIL TOURINHO	07.900.6

NÍVEL 2

NÚMERO DE ORDEM	N O M E	MATRÍCULA
001	LIVIA ALVES RODRIGUES	03.040.6

NÍVEL 1

NÚMERO DE ORDEM	N O M E	MATRÍCULA
001	ARLETTE SALLES DO AMARAL	04.705.8
002	DULCE LABOISSIÈRE VILLELA	08.161.2
003	JOÃO FRANCISCO PORTO	08.034.9
004	JORIO SOUTO	05.108.X
005	JUDITH DE GUSMÃO GARROTE	05.139.X
006	ROSELLY SILVA LAGOS	03.536.X
007	VICTALINA LALUCCE DOS SANTOS	03.626.9
008	VILMA CAVALCANTE DE CARVALHO	03.628.5
009	ZILNEIDE RIBEIRO DE MENDONÇA	03.674.9
010	YONE MARIA CORRÊA DE LIMA	03.650.1

PORTARIA DE 15 DE JUNHO DE 1982

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "a", do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, ULISSES CARVALHO DE SOUZA, Agente de Portaria, matrícula 3.606-4, Código TP-602, Classe "B", Referência NM-06, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, MANOEL NUNES FERREIRA, Chefe da Seção de Material e Patrimônio DAG/SEC, matrícula 4.160-2, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares no período de 05 de julho a 04 de agosto de 1982.

Brasília-DF, 15 de junho de 1982

EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 014/82-SSP, DE 15 DE JUNHO DE 1982

Altera dispositivos do Regulamento do Serviço de Táxis do Distrito Federal, aprovado pela Portaria nº 066/80-SSP, de 21 de agosto de 1980.

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.844/82,

RESOLVE:

1. Os artigos 40 e 41 do Regulamento do Serviço de Táxis do Distrito Federal, aprovado pela Portaria nº 066/80-SSP, de 21 de agosto de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 40 — Para a substituição do veículo, o permissionário poderá requerer ao Departamento de Concessões e Permissões o depósito das placas pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogável por mais um ano, a critério da Administração".

"Art. 41 — A substituição de veículo por outro mais antigo fica condicionada ao exame de casos excepcionais, pela Secretaria de Serviços Públicos, vedada, porém, quando o veículo substituinte alcance mais de 05 (cinco) anos retroativos quanto ao exercício em curso".

2. Esta Portaria entrará em vigor 03 (três) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1982

JOSE GERALDO MACIEL
Secretário

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA Nº 374, DE 09 DE JUNHO DE 1982

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, VII do Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, e tendo em vista o que consta no Processo nº 256/82-SCDP/SEP,

RESOLVE:

CONCEDER à firma ALVORADA-COMÉRCIO E PROMOÇOES LTDA, proprietária do "CINE DRIVE-IN", estabelecida à Area Especial do Autódromo, Brasília-DF, REGISTRO para funcionar com EXIBIÇOES CINEMATOGRAFICAS, naquele local, enquanto observadas as normas regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1983

Brasília-DF, 09 de junho de 1982

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

(DAR - Cr$2.037,00)

PORTARIA Nº 378, DE 09 DE JUNHO DE 1982

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, VII, do Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, e tendo em vista o que consta no Processo nº 430/82-SCDP/SEP,

RESOLVE:

CONCEDER, à firma DAMIANA SILVA DE OLIVEIRA, estabelecida à Quadra 01, Lote 01, Setor Oeste, Gama-DF, REGISTRO para funcionar com SNOOKER MIRIM, naquele local, no horário de 08:00 às 22:00 horas, enquanto observadas as normas regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1983

Brasília-DF, 09 de junho de 1982

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

(DAR - Cr$2.036,80)

PORTARIA Nº 379, DE 14 DE JUNHO DE 1982

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 131, VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 4.852/79, e tendo em vista o que consta do Dossier nº 1.410/SAME,

RESOLVE:

Conceder ao Senhor HIROJI HARAGUCHI, proprietário do BAZAR E PAPELARIA TAGUATINGA, sito à CNG 05 lote 04 loja 01 Taguatinga-DF, inscrita no GDF sob nº 07003443-5 e no CGC sob o nº 000.13037/0001-54, LICENÇA para comerciar com FOGOS DE ARTIFICIOS de uso permitido durante o exercício de 1982, enquanto observadas as disposições legais e regulamentares, sob a fiscalização do Serviço de Controle de Armas, Munições e Explosivos (SAME)

A PRESENTE PORTARIA E VALIDA ATÉ DIA 31 DE DEZEMBRO DE 1982

Distrito Federal, 14 de junho de 1982

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

(DAR - Cr$2.037,00)

PORTARIA Nº 381, DE 14 DE JUNHO DE 1982

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, VII, do Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, e tendo em vista o que consta no Processo nº 432/82-SCDP/SEP,

RESOLVE:

CONCEDER, à firma LUIZ CARLOS MONTE, estabelecida à SCDN Bloco "D", Loja 02, Brazlândia-DF, REGISTRO para funcionar com SNOOKER MIRIM, naquele local, no horário de 08:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1983

Brasília-DF, 14 de junho de 1982

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

(DAR - Cr$2.036,70)

PORTARIA DE 07 DE JUNHO DE 1982

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, item XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, CLOVIS CORDEIRO VASCO, Datiloscopista Policial, matrícula 19.314/3, Código PC-206, Classe "A", Ref. NM-24 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, JOSE LOURENÇO DOS SANTOS, Chefe de Posto de Identificação/DI/II/PCDF., matrícula 21.186/9, Código DAI-111 3, por motivo de férias regulamentares, no período de 07 de junho a 06 de julho de 1982,

Brasília-DF, 07 de junho de 1982

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

PORTARIA DE 08 DE JUNHO DE 1982

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, item XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item IV do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, SILAS INACIO DE FREITAS, Agente de Polícia, matrícula 20.929/5, Código PC-205, Classe "S" Ref. NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JOSE DOURADO DE ABREU, Chefe da Seção de Administração/DVC/CPE/PCDF, matrícula 19.210/4, Código DAI-111 3, por motivo de licença para tratamento de saúde, no período de 31 de maio a 29 de junho de 1982

Brasília-DF, 08 de junho de 1982

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 1990a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 03 dias do mês de junho de 1982, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO e ROGÉRIO NUNES, o Conselheiro-Substituto JESUS DA PAIXÃO REIS e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1989a. Sessão Ordinária.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 1455/81 - Primeiro termo de prorrogação do convênio nº 02/80 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do DF e o Centro Espírita Sebastião "O Mártir", objetivando a prestação de assistência e orientação social a migrantes e população carente de Brasília.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1255/82 - Pensão especial concedida à Senhora CELINA DA SILVA MAGALHÃES;

PROCESSO Nº 1573/82 - Pensão especial concedida à Senhora ANTONIA FREIRE DOS SANTOS;

PROCESSO Nº 1592/82 - Pensão especial concedida à Senhora CÉLIA MARIA DA SILVA FREITAS.

- O Tribunal, de acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais os atos concessórios.

PROCESSO Nº 1506/82 - Nota de empenho nº 062/82, emitida pela Secretaria de Viação e Obras;

PROCESSO Nº 1689/82 - Nota de empenho nº 129/82 e outras, emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 1771/82 - Nota de empenho nº 552/82-DPC e outras, emitidas pela Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento;

PROCESSO Nº 1772/82 - Nota de empenho nº 323/82-DPC e outras, emitidas pela Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante;

PROCESSO Nº 1892/82 - Nota de empenho nº 262/82 e outras, emitidas por esta Corte de Contas;

PROCESSO Nº 1899/82 - Nota de empenho nº 148/82 e outras, emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 1937/82 - Nota de empenho nº 169/82 e outras, emitidas pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília;

PROCESSO Nº 1938/82 - Nota de empenho nº 152/82 e outras, emitidas pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília;

PROCESSO Nº 1942/82 - Nota de empenho nº 188/82 e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº 2416/81 - Termo aditivo ao contrato nº 021/81 celebrado entre o Banco Regional de Brasília S/A e HERNY ALVARENGA, objetivando a locação de imóvel residencial;

PROCESSO Nº 1760/82 - Contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a firma ITEL - Indústria de Transformadores Elétricos S/A, objetivando a recuperação de um transformador marga E.G.;

PROCESSO Nº 1847/82 - Ata da 1418a. reunião da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do DF;

PROCESSO Nº 1848/82 -Atas das 344a. a 346a. reuniões do Conselho Deliberativo da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3248/81 - Aposentadoria do servidor EDGAR GUEDES DA SILVA.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 1029/82 - Pensão especial concedida à Senhora MERCEDES RIBAS PARADA.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato concessório.

PROCESSO Nº 1483/82 - Nota de empenho nº 123/82 e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal.- Decidiu o Tribunal considerar correta a classificação das despesas, exceto no que se refere à nota de empenho nº 105/82-PMDF, a propósito da qual determinou diligência para o fim indicado na instrução.

PROCESSO Nº 1520/82 - Contrato nº 13/82 celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e a REMAK - Serviços e Comércio de Equipamentos para Escritório Ltda., para a prestação de serviços de assistência técnica de máquinas.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral, concedendo ao DETRAN o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1557/82 - Nota de empenho nº 150/82 e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 1679/82 - Nota de empenho nº 46/82 e outras, emitidas pela Secretaria de Saúde;

PROCESSO Nº 1688/82 - Nota de empenho nº 162/82 e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 1803/82 - Nota de empenho nº 557/82-DPC e outras, emitidas pela Região Administrativa II - Gama;

PROCESSO Nº 1878/82 - Nota de empenho nº 174/82 e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 2623/80, em que se contêm o convênio nº 028/82 celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração da execução das obras e serviços complementares do Estádio de Brasília do Centro Desportivo Presidente Médici.- O Tribunal determinou diligência para o fim indicado no pronunciamento do Inspetor-Geral de fls. 200 — concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 953/81 - Primeiro termo de aditamento ao convênio nº 011/81, celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a implantação de áreas ajardinadas e produção de mudas no Distrito Federal.- Decidiu o Tribunal: a) tomar conhecimento do referido termo; b) determinar a diligência sugerida pela Inspetoria-Geral à fl. 59.

PROCESSO Nº 3015/81 - Aposentadoria do servidor IRINEU JOSÉ DA SILVA.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria-Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 1194/82 - Convênio celebrado entre o Banco Regional de Brasília S/A e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração das obras de reforma da Agência de Belo Horizonte.-O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral — concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1577/82 - Pensão especial concedida à Senhora DALILA SANTANA DE SOUSA.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal o ato concessório.

PROCESSO Nº 1705/82 - Contrato celebrado entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A e a firma Arroz Carrijo - Produtos Alimentícios Ltda., para beneficiamento de arroz;

PROCESSO Nº 1739/82 - Atas das 511a. a 516a. reuniões da Junta de Controle do Departamento de Trânsito do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 1743/82 - Ata da 443a. reunião e outras, da Fundação Cultural do Distrito Federal.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1929/82 - Nota de empenho nº 91/82 e outras, emitidas pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação;

PROCESSO Nº 1939/82 - Nota de empenho nº 274/82 e outras, emitidas por esta Corte de Contas;

PROCESSO Nº 1560/82 - Nota de empenho nº 532/82 e outras, emitidas pela Região Administrativa III - Taguatinga;

PROCESSO Nº 2052/82 - Nota de empenho nº 187/82 e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpêza Urbana.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 749/81 - Segundo e terceiro termos de aditamento ao contrato nº 1131/81, celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma EPATIL DO ABC - Prestação de Serviços Ltda., objetivando a prestação de serviços de leitura de hidrômetros e entrega mensal de contas;

PROCESSO Nº 1434/82 - Balancete do Banco Regional de Brasília S/A, mês de março/82;

PROCESSO Nº 1436/82, com resultado de inspeção realizada pela 3a. ISCE na Fundação Zoobotânica, para verificar a execução do Projeto 1.12 - Construção e Implantação de Unidades de Revenda;

PROCESSO Nº 1437/82, a que se juntou relatório de inspeção realizada pela Corte na Fundação do Serviço Social, com o fim de verificar a situação do Projeto 1.02 - Construção e Equipamento dos Centros de Desenvolvimento Social;

PROCESSO Nº 1599/82 - Balancete da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, mês de março/82;

PROCESSO Nº 1613/82 - Balancete da Companhia Imobiliária de Brasília, mês de março/82;

PROCESSO Nº 1702/82 - Contrato nº 03/82 celebrado entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A e a firma Frigorífico Bandeirante Ltda., para compra e venda de mercadorias perecíveis;

PROCESSO Nº 1703/82 - Contrato nº 04/82 celebrado entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A e a firma Arroz Carrijo Produtos Alimentícios Ltda., para prestação de serviços de beneficiamento de arroz;

PROCESSO Nº 1704/82 - Contrato nº 05/82 celebrado entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A e a firma Arroz Carrijo Produtos Alimentícios Ltda., para beneficiamento de arroz;

PROCESSO Nº 1734/82 - Balancete da PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento S/A, mês de março/82;

PROCESSO Nº 1735/82 - Balancete da Fundação do Serviço Social do DF, mês de março/82;

PROCESSO Nº 1745/82 - Contrato nº 19/82 celebrado entre a Fundação Hospitalar do DF e a firma Pitney Bones - Máquinas Ltda., para prestação de serviços de manutenção de máquinas;

PROCESSO Nº 1757/82 - Contrato nº 014/82 celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a Empresa Jornalística e Editora Gráfica Alvorada Ltda., para fornecimento de um disjuntor de 15 KV;

PROCESSO Nº 1759/82 - Contrato nº 011/82 celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a firma ELECTRON - Engenharia Ltda., para prestação de serviços de reforma geral das instalações elétricas do Parque Recreativo de Brasília;

PROCESSO Nº 1785/82 - Atas das 1415a. a 1417a. reuniões da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do DF.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 897/81 - Aposentadoria — já julgada legal pela Corte — do servidor ALADIM COSTA; aos autos se juntou requerimento do interessado solicitando averbação de tempo de serviço.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, aprovou as alterações no tempo de serviço e a conseqüente retificação do provento.

PROCESSO Nº 3758/81 - Relatório de Auditoria nº 01/81-DPA/SEF, referente aos trabalhos de auditoria realizados pelo órgão técnico da SEF no Departamento de Revenda de Material Agropecuário da Fundação Zoobotânica. Juntaram-se aos autos documentos que aquela Fundação encaminhou à Corte em atendimento à diligência determinada através do Of. GP nº 019/82.- Decidiu o Tribunal acolher as conclusões do parecer da Procuradoria-Geral de fls. 103-109, anexo à presente ata.

PROCESSO Nº 1593/82 - Balancete da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília, mês de janeiro/82; aos autos juntou-se expediente do Senhor Diretor Superintendente da TCB solicitando que a Corte prorrogue até 30 de maio do corrente ano o prazo para entrega dos balancetes relativos aos meses de fevereiro e março.- Decidiu o Tribunal: a) tomar conhecimento do balancete referente a janeiro; b) conceder, em caráter excepcional, à vista das razões apresentadas, a prorrogação solicitada, considerando como tempestiva a entrega do balancete de fevereiro no dia 10 de maio e admitindo que o de março seja entregue à Corte até 31 de maio.

Nada mais havendo a tratar, às 17:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, convocando uma reunião especial a realizar-se em seguida, a fim de serem tratados assuntos de natureza administrativa. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ
JOSÉ WAMBERTO
JOSÉ PARSIFAL BARROSO
ROGÉRIO NUNES
JESUS DA PAIXÃO REIS
ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

PARECER proferido pelo Procurador Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ no processo nº 3758/81, cujo julgamento consta da Ata da 1990a. Sessão Ordinária.

E M E N T A

Tomada de contas especial.

1. A tomada de contas especial, que melhor se denominaria tomada de contas antecipada, visa à tempestiva apuração dos fatos administrativo-contábeis e ao resguardo dos interesses do erário ou do patrimônio públicos.

2. Além dos pressupostos objetivos discriminados em lei, subordina-se ao pressuposto subjetivo da culpabilidade do agente público pela ocorrência do alcance.

3. A responsabilidade objetiva dos gestores da coisa pública não pode ser levada a suas últimas conseqüências, sob pena de iniqüidade manifesta e, ultima ratio, de prejuízo ao bom andamento do serviço público. Sua aplicação há de ser mitigada, deixando de prevalecer quando inexistirem indícios razoáveis de culpa do servidor.

4. Nessa hipótese, deixar-se-á a eventual responsabilização dos funcionários indiretamente implicados para o momento da tomada de contas anual.

5. Aceitação da proposta da Inspetoria, complementada pela recomendação de providências cautelares.

P A R E C E R

Tendo presente relatório de auditoria, efetuada, no Departamento de Revenda de Material Agropecuário da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, pelo órgão próprio da Secretaria de Finanças, ordenou a Corte diligência com vistas à obtenção de esclarecimentos sobre falhas apuradas e de informações sobre a adoção de providências corretivas.

2. Ao receber os elementos requeridos, o Egrégio Plenário não os julgou suficientes, determinando nova diligência, centrada agora na coleta de informações complementares acerca do extravio de cheques e do furto de material havido em posto de revenda de Formosa. Demandava-se, ainda, justificativa quanto à não-abertura de tomadas de contas especiais concernentes aos ditos eventos.

3. Voltaram os autos com a elucidação satisfatória dos dois pontos básicos, mediante a juntada de cópias dos processos a eles referentes, sem que, no entanto, fosse atendido o terceiro item da diligência.

4. Nossa Divisão de Controle de Autarquias e Fundações e a Inspetoria-Geral, deram-se, ainda assim, por satisfeitas por reputarem prejudicada a questão das tomadas de contas especiais, à luz das novas evidências contidas nos autos.

5. S. Ex.ª o Conselheiro-Relator, Jesus da Paixão Reis, não estando por inteiro convencido da justeza da solução preconizada pela Inspetoria, achou melhor requerer o específico pronunciamento deste Ministério Público quanto à necessidade, ou não, de, nas circunstâncias do caso concreto, instaurar-se tomada de contas especial.

6. Ante os esclarecimentos prestados pela Fundação, constata-se que, ao invés do que se imaginava, não houve o extravio dos cheques sem fundo passados à entidade, os quais se encontram sob a guarda da Procuradoria Jurídica, que registrou queixa-crime na conformidade de ocorrência registrada na Delegacia de Roubos e Furtos local. De outro lado, verifica-se que inexistem sequer indícios de que o furto de bens no Posto de Revenda de Formosa possa ser atribuído, direta ou mediatamente, a agentes daquela pessoa jurídica, cuja culpabilidade, se eventualmente ocorresse, não passaria do imponderável domínio da "culpa in vigilando". E, mais, confirma-se que as autoridades competentes adotaram as providências que se indicavam para a apuração dos eventos e a defesa do patrimônio da Fundação, inclusive procedendo à mudança do posto para outro local, com adequadas condições de segurança.

7. Daí que, a meu juízo, não se configuraram, em verdade, os pressupostos da abertura da tomada de contas especial, a que se reportava o item III da exigência ordenada pelo Tribunal a fls. 46/47. É que esse tipo de tomada de contas, antecipada aos prazos normais e endereçada à tempestiva apuração dos fatos administrativo-contábeis e ao acautelamento dos interesses do erário público, tem, a par dos pressupostos objetivos declarados na lei — o desfalque, o desvio de bens ou a irregularidade causadora de prejuízos patrimoniais ao Estado ou às entidades paraestatais — um inegável, embora implícito, antecedente necessário de índole subjetiva: a culpabilidade do agente público pela ocorrência do alcance ou da irregularidade danosa à Fazenda.

8. Seria, a meu ver, fonte constante de injustiça aplicar, no rigor dos princípios, a teoria da responsabilidade objetiva dos servidores que tenham sob sua guarda ou administração bens e dinheiros públicos. Levar essa draconiana diretriz às últimas conseqüências tornaria tão nimiamente gravoso o exercício das atividades de gestão patrimonial e financeira públicas, que, em lugar de benefícios, acabaria por haver prejuízo ao bom andamento do serviço. Não me parece consentâneo com a eqüidade obrigar os gestores da coisa pública a responderem — mesmo sem sombra de culpa — pela integralidade dos bens e dinheiros que guardam e manuseiam. Assim compreendida, a responsabilidade objetiva assumiria foros de verdadeiro seguro a favor do Estado, o que, obviamente, não considero aceitável. A um almoxarife ou a um tesoureiro não se pode, por exemplo, imputar responsabilidade pelos bens ou pelo numerário subtraídos por assaltantes à mão armada.

9. Sem afastar, em princípio, a responsabilidade objetiva desses agentes, quero crer deva ser ela, na prática, mitigada pela consulta ao elemento subjetivo: o da culpabilidade do responsável.

10. Não sendo, pois, ostensiva a culpa do funcionário, nem se patenteando dela indícios pelo menos razoáveis, penso que deixa de recomendar-se a tomada de contas especial, o que — de forma alguma constituirá obstáculo à eventual responsabilização dos funcionários mediatamente envolvidos na ocorrência. Só que, nessa hipótese, em lugar de proceder-se à tomada de contas especial, se fará a apuração, nos prazos de rotina, quando da realização da tomada de contas anual.

11. Tornando à análise dos fatos que motivaram este processo, vê-se que o roubo de mercadorias, que, de começo, talvez pareça a mais relevante das irregularidades, termina por mostrar-se, sob o prisma da culpa dos servidores, menos grave que a aceitação dos cheques sem fundo.

12. Com efeito, o roubo se seguiu a arrombamento de galpão onde se localizava a Revenda, e a culpa indireta do evento será antes imputável à Administração, por permitir o funcionamento desse posto em local pouco seguro, do que aos servidores incumbidos da guarda do material roubado.

13. Já no que toca ao recebimento dos cheques, terão faltado, em grau maior ou menor, exação e interesse reais na verificação de sua boa procedência. Do signatário não se parece haver exigido prova de identidade. Examinando os cheques, por cópia a fls. 56, e as notas fiscais a cujo pagamento se destinavam, não se encontra anotação acerca do documento de identi

dade do emitente, o qual, aliás, não era quem dizia ser, Rodolfo Rodovalho Martins, mas, sim, Otávio Rodrigues Trindade.

14. A praxe comercial aconselha pedir a identificação dos fregueses que pretendam pagar em cheque, praxe que, ou não é adotada pela Fundação, ou, no caso, deixou de ser observada.

15. Seria, no entanto, tal irregularidade bastante séria para tornar a instauração da tomada de contas especial dever impostergável da Administração? Disso não estou persuadido, motivo por que prefiro inclinar-me ao critério do administrador, que, por princípio, deve prevalecer ao do controle.

16. Tenho, assim, por mais proveitoso que o Tribunal recomende à Fundação medidas que previnam a repetição do prejuízo, tanto mais que, passados seis anos dos acontecimentos, seria pouco prático insistir nas razões por que, hipoteticamente, se teria descumprido a obrigação da pronta realização da tomada de contas especial.

17. É o parecer.

Brasília, 14 de maio de 1982

LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ
Procurador-Geral
em exercício

ATA DA 1991a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 08 dias do mês de junho de 1982, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ WAMBERTO, JOSÉ PARSIFAL BARROSO e ROGÉRIO NUNES, o Conselheiro-Substituto JESUS DA PAIXÃO REIS e a Procuradora-Geral Dra. ELVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO, o Presidente, Conselheiro GERALDO FERRAZ, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1990a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário do Ofício Circular nº 10/82, pelo qual o Exmo. Senhor Secretário Executivo do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil, Conselheiro JOSÉ WAMBERTO, encaminha minuta de convênio a ser celebrado entre as Delegações Estaduais do Ministério da Fazenda e os Tribunais de Contas, tendo por objeto a "racionalização de coleta e tratamento de informações econômico-financeiras extraídas dos elementos constantes das Sínteses de Balanços dos Municípios e do Estado".- O Tribunal manifestou sua concordância à celebração do convênio.

A seguir, o Senhor Presidente informou o Plenário de providências relativas à realização, no período de 8 a 10 de setembro próximo, do 1º Seminário sobre Tribunais de Contas — iniciativa do Centro de Estudos Conselheiro GERALDO FERRAZ. Serão abordados os seguintes temas gerais:

1- *Controle das Aposentadorias, Pensões e Reformas*;
2- Direito Financeiro e Tribunal de Contas;
3- Contratos;
4- Licitações;
5- Experiência do TCDF no controle da Administração Indireta desde 1962;
6- Procuradoria e Ministério Público no Tribunal de Contas;
7- Administração Indireta. Princípios gerais.

Informou ainda o Senhor Presidente que, oportunamente, submeterá a programação detalhada das atividades à consideração do Plenário, que deu seu apoio às medidas já tomadas para a realização do Seminário.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 2594/81 - Termo aditivo ao contrato nº 024/81, para manutenção de um PABX, celebrado entre o Banco Regional de Brasília e a firma Siemens S/A;

PROCESSO Nº 981/82 - Convênio nº 013/82 celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, e a NOVACAP, regulando a administração das obras de pavimentação asfáltica em setores de Taguatinga. Aos autos se juntou resultado dos trabalhos iniciais de fiscalização e controle da execução do ajuste, realizados pela 3a. ISCE;

PROCESSO Nº 1752/82 - Contrato nº 06/81, para prestação de serviços de manutenção de uma máquina impressora, celebrado entre a SHIS e a firma Petrograph - Indústria e Comércio Ltda.;

PROCESSO Nº 1754/82 - Contrato celebrado entre a SHIS e a firma Ericsson do Brasil - Com. e Indústria S/A, para prestação de serviços de manutenção de equipamento telefônico;

PROCESSO Nº 1755/82 - Contrato nº 030/82 celebrado entre a SHIS e a firma REMAK - Serviços Comércio e Equipamentos para Excritório Ltda., para prestação de serviços de manutenção de equipamentos;

PROCESSO Nº 1981/82 - Atas das 517a. a 521a. reuniões da Junta de Controle do DETRAN-DF;

PROCESSO Nº 1987/82 - Contrato nº 13/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Agência MPM de Propaganda S/A, objetivando a prestação de serviços de divulgação e publicidade à FSS;

PROCESSO Nº 1988/82 - Convênio nº 34/82 firmado entre a Fundação do Serviço Social e o Juizado de Menores do Distrito Federal, para recambiamento de menores carentes a seus domicílios;

PROCESSO Nº 1989/82 - Convênio nº 30/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social e a Seara Espírita "Luz e Verdade" Cabocla Jurema, para atendimento a menores em situação irregular;

PROCESSO Nº 1998/82 - Convênio nº 14/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social e o Grupo da Fraternidade Cícero Pereira, para atendimento a menores carentes em regime de creche semanal;

PROCESSO Nº 2000/82 - Convênio nº 12/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social e o Centro Espacial da Salvação, para atendimento a menores em situação irregular;

PROCESSO Nº 2005/82 - Convênio nº 06/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social e a Casa da Criança Pão de Santo Antônio, para atendimento a menores carentes em regime de semi-internato.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1121/82 - Nota de empenho nº 148/82-DPC e outras, emitidas pela Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento.- Decidiu o Tribunal considerar correta a classificação das despesas, exceto no que se refere à nota de empenho nº 020/82-ASRIA, a propósito da qual determinou diligência para o fim indicado na instrução.

PROCESSO Nº 1627/82 - Nota de empenho nº 146/82, emitida pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.- O Tribunal determinou diligência, para as providências indicadas na informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 1818/82 - Nota de empenho nº 497/82-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Públicos;

PROCESSO Nº 1828/82 - Nota de empenho nº 256/82 e outras, emitidas por esta Corte de Contas;

PROCESSO Nº 1831/82 - Nota de empenho nº 555/82 e outras, emitidas pela Região Administrativa VI - Planaltina;

PROCESSO Nº 1855/82 - Nota de empenho nº 23/82-SFI e outras, emitidas pela Secretaria de Administração;

PROCESSO Nº 1875/82 - Nota de empenho nº 553/82-DPC e outras, emitidas pelo Gabinete Civil do Governador;

PROCESSO Nº 1900/82 - Nota de empenho nº 256/82 e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 1933/82 - Nota de empenho nº 198/82 e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 1960/82 - Nota de empenho nº 92/82 e outras, emitidas pelo DEFER;

PROCESSO Nº 1972/82 - Nota de empenho nº 283/82 e outras, emitidas por esta Corte de Contas;

PROCESSO Nº 2031/82 - Nota de empenho nº 234/82 e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO Nº 2036/82 - Nota de empenho nº 199/82 e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 2037/82 - Nota de empenho nº 299/82 e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO Nº 2104/82 - Nota de empenho nº 299/82 e outras, emitidas por esta Corte de Contas;

PROCESSO Nº 2109/82 - Nota de empenho nº 583/82 e outras, emitidas pela Secretaria de Agricultura e Produção;

PROCESSO Nº 2153/82 - Nota de empenho nº 330/82 e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO Nº 2155/82 - Nota de empenho nº 27/82-SFI e outras, emitidas pela Secretaria de Administração;

PROCESSO Nº 2179/82 - Nota de empenho nº 309/82 e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO Nº 2180/82 - Nota de empenho nº 350/82 e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos·

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1983/82 - Termo de cessão nº 07/82 firmado entre a Fundação do Serviço Social e a Ação Social Nossa Senhora de Fátima, objetivando o uso de dependências físicas da segunda, pela primeira, para implantação de uma unidade do CEBEM;

PROCESSO Nº 1984/82 - Termo de cessão nº 06/82 firmado entre a Fundação do Serviço Social e a Associação Atlética da Ceilândia Norte, objetivando o uso de dependências da segunda, pela primeira, para implantação de uma unidade do CEBEM.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº 984/82 - Convênio nº 016/82 celebrado entre o Distrito Federal e a NOVACAP, regulando a execução de obras de urbanização nos Setores de Embaixadas Norte e Sul. Juntou-se aos autos resultado dos trabalhos iniciais de fiscalização e controle da execução do ajuste, realizados pela 3a. ISCE.- O Tribunal tomou conhecimento, nos termos do voto do Relator.

PROCESSO Nº 1091/82, em que se contém expediente do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, pelo qual se justifica a realização das despesas previstas nas notas de empenho de nºs. 90 e 115/82.- Decidiu o Tribunal: a) relevando falha verificada, considerar correta a classificação das despesas; b) fazer ao IDR a recomendação sugerida pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 1507/82 - Nota de empenho nº 112/82 e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 1815/82 - Nota de empenho nº 245/82 e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 1894/82 - Nota de empenho nº 184/82 e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 1962/82 - Nota de empenho nº 156/82 e outras, emitidas pelo Instituto de Saúde do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 2102/82 - Nota de empenho nº 272/82 e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 2110/82 - Nota de empenho nº 594/82-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Sociais;

PROCESSO Nº 2130/82 - Nota de empenho nº 215/82 e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 2147/82 - Nota de empenho nº 21/82-DI-DAP e outras, emitidas pela Secretaria de Administração.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1677/82, com expediente do Exmo. Senhor Secretário de Finanças, informando sobre o cumprimento de determinação da Corte.- O Tribunal, tomando conhecimento, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1740/82 - Ata da 1129a. reunião da Diretoria da SHIS;

PROCESSO Nº 1741/82 - Ata da 13a. reunião e outras, da Sociedade de Abastecimento de Brasília;

PROCESSO Nº 1744/82 - Ata da 760a. reunião e outras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 1747/82 - Contrato nº 012/82 celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a firma Pitney Bowes, para prestação de serviços de conservação de máquinas;

PROCESSO Nº 1749/82 - Contrato nº 1199/82 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e Gervásio Leiloeiro, para venda de materiais considerados inservíveis;

PROCESSO Nº 1750/82 - Contrato nº 013/82 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a MPM Propaganda S/A, objetivando a prestação de serviços de divulgação e publicidade;

PROCESSO Nº 1751/82 - Contrato nº 07/82 celebrado entre a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. e a firma APECE Serviços Gerais Ltda., para prestação de serviços de limpeza e conservação;

PROCESSO Nº 1761/82 - Contrato nº 09/82 celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a firma IBM do Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., para prestação de serviços de assistência técnica de máquinas;

PROCESSO Nº 1787/82 - Convênio nº 148/82 celebrado entre o Banco Regional de Brasília S/A e a Transcolar - Transporte Escolar e Turismo Ltda., objetivando a prestação de serviços de arrecadação de mensalidades;

PROCESSO Nº 1789/82 - Contrato nº 023/82 celebrado entre o Banco Regional de Brasília e a empresa CETEST - Manutenção e Engenharia de Ar Condicionado Ltda., objetivando a prestação de serviços de manutenção de central de ar condicionado;

PROCESSO Nº 1806/82 - Atas das 464a. a 470a. reuniões do Conselho Fiscal da Fundação do Serviço Social;

PROCESSO Nº 1808/82 - Atas das 646a. a 652a. reuniões do Conselho Deliberativo da Fundação do Serviço Social;

PROCESSO Nº 1850/82 - Contrato nº 27/82 celebrado entre o Banco Regional de Brasília S/A e a empresa Olivetti do Brasil S/A, para prestação de serviços de manutenção de máquinas;

PROCESSO Nº 1985/82 - Termo de cessão nº 05/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social e o Clube Comunitário Social do Guará, para uso de dependências físicas do clube nas atividades de implantação de uma unidade do CEBEM;

PROCESSO Nº 2001/82 - Convênio nº 11/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social e o Centro Espírita Sebastião "O Martir", para atendimento de menores carentes em regime de creche semanal;

PROCESSO Nº 2003/82 - Convênio nº 08/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social e a Cidade da Fraternidade, para atendimento de menores em situação irregular em regime de internato;

PROCESSO Nº 2006/82 - Convênio nº 05/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social e a Casa de Ismael, objetivando o atendimento de menores em situação irregular em regime de internato;

PROCESSO Nº 2017/82 - Ata da 428a. reunião e outras, da Fundação Cultural do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 2125/82 - Atas das 1419a. a 1421a. reuniões da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 4192/81 - Contrato nº 29/81 celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma ConfederalS/A-Comércio e Indústria, objetivando a prestação de serviços de limpeza hospitalar e conservação de jardins. Aos autos juntou-se relatório de inspeção realizada pela 2a. ISCE, com o objetivo de colher elementos sobre a execução do ajuste.- O Tribunal, acolhendo o pronunciamento do Inspetor-Geral à fl. 126, tomou conhecimento do pacto, bem como dos resultados da inspeção e determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 221/82 - Atas das 421a. e 422a. reuniões ordinárias do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB); aos autos juntou-se documentação encaminhada pela TCB sobre irregularidades verificadas no Serviço de Revenda de Passes da empresa.- Decidiu o Tribunal determinar diligência para os fins indicados no voto do Relator.

PROCESSO Nº 1464/82 - Contrato nº 007/82 celebrado entre a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada e a Fiança Imóveis Ltda., para prestação de serviços de vigilância armada;

PROCESSO Nº 1597/82 - Atas das 738a. e 739a. reuniões da Diretoria da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central;

PROCESSO Nº 1748/82 - Ata da 193a. reunião e outras, da Companhia de Eletricidade de Brasília;

PROCESSO Nº 1958/82 - Ata da 741a. reunião e outras, da Fundação Hospitalar do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 1980/82 - Contrato nº 22/82 celebrado entre a Fundação Hospitalar do DF e a Cooperativa Camiliana de Promoção Humana Hospitalar Ltda., para prestação de assistência religiosa a pacientes e servidores dos Hospitais de Base do DF, Regional da Asa Sul e Regional de Taguatinga;

PROCESSO Nº 1982/82 - Convênio nº 25/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social e o Lar da Criança de Brasília, para atendimento de menores em situação irregular em regime de semi-internato;

PROCESSO Nº 1986/82 - Termo de cessão nº 04/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do DF e o Lar Educandário Nossa Senhora do Mont Serrat, para uso das dependências físicas , pela Fundação, nas atividades de implantação e implementação de uma unidade do CEBEM;

PROCESSO Nº 1991/82 - Convênio nº 27/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social e a Obra Social da Paróquia São Sebastião de Brazlândia, objetivando a administração, pela segunda, do Centro Integrado de Atenção ao Menor - CIAM;

PROCESSO Nº 1993/82 - Convênio nº 22/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do DF e o Instituto de Serviço Social PAX, para atendimento de menores em situação irregular em regime de semi-internato;

PROCESSO Nº 1995/82 - Convênio nº 18/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social e o Instituto Dom Orione, para atendimento de menores em situação irregular, em regime de internato;

PROCESSO Nº 1997/82 - Convênio nº 18/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do DF e o Grupo da Fraternidade Cícero Pereira, para atendimento de gestantes carentes, em regime de internato;

PROCESSO Nº 1999/82 - Convênio nº 13/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do DF e o Desafio Jovem de Brasília, para atendimento de menores em situação irregular, em regime de internato;

PROCESSO Nº 2002/82 - Convênio nº 10/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do DF e a Creche do Núcleo Bandeirante, para atendimento de menores em situação irregular em regime de semi-internato;

PROCESSO Nº 2004/82 - Convênio nº 07/82 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do DF e a Obra Social Casa do Pequeno Polegar, para atendimento de menores em situação irregular, em regime de internato;

PROCESSO Nº 2123/82 - Contrato nº 23/82 celebrado entre a Fundação Hospitalar do DF e o Senhor Ismael Naves de Oliveira, para locação de área destinada à instalação de uma lanchonete.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1843/82 - Nota de empenho nº 06/82, emitida pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 1885/82 - Nota de empenho nº 130/82 e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo;

PROCESSO Nº 1971/82 - Nota de empenho nº 571/82-DPC e outras, emitidas pela Região Administrativa III - Taguatinga;

PROCESSO Nº 2015/82 - Nota de empenho nº 174/82 e outras, emitidas pelo Instituto de Saúde do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 2038/82 - Nota de empenho nº 582/82-DPC e outras, emitidas pela Secretaria do Governo;

PROCESSO Nº 2048/82 - Nota de empenho nº 275/82 e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 2107/82 - Nota de empenho nº 144/82 e outras, emitidas pelo Departamento de Turismo;

PROCESSO Nº 2119/82 - Nota de empenho nº 339/82 e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO Nº 2131/82 - Nota de empenho nº 203/82 e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 1438/80 - Prestação de contas — já julgada legal pela Corte — da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, exercício de 1979; aos autos se juntou cópia da Resolução nº 128/81-CA, editada pela NOVACAP, decorrente de providências adotadas pela empresa, por solicitação da Corte, tendentes ao cumprimento das dis-

posições do Decreto-lei nº 1544/77.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 705/81 - Convênio nº 006/81 celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a execução dos serviços de conservação do Parque Recreativo e Turístico de Brasília. Aos autos se juntou resultado dos trabalhos iniciais de fiscalização e controle da execução do ajuste.- Decidiu o Tribunal: a) tomar conhecimento do convênio, bem como dos termos aditivos de fls. 20 e 21; b) determinar a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2188/81 - Prestação de contas da PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento, exercício de 1980;

PROCESSO Nº 2394/81 - Prestação de contas da Companhia Imobiliária de Brasília, exercício de 1980.

- O Tribunal decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 114/82 - Ata da 721a. reunião e outras, da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central; juntou-se ao processo expediente do Diretor-Superintendente da CODEPLAN, através do qual encaminha, por solicitação da Corte, esclarecimentos sobre os atos e fatos relacionados com o processo 586427/80, assim como cópia de contrato celebrado com a firma EMPAL e de seus respectivos termos aditivos.- Decidiu o Tribunal: a) tomar conhecimento das atas de fls. 2/16 e dos instrumentos de fls. 27/38; b) fazer à CODEPLAN a recomendação sugerida na instrução.

PROCESSO Nº 383/82 - Balancete da Administração Direta do Distrito Federal, elaborado pelã Secretaria de Finanças, mês de janeiro/82;

PROCESSO Nº 815/82 - Balancete da Administração Direta do Distrito Federal, mês de fevereiro/82;

PROCESSO Nº 1315/82 - Balancete da Administração Direta do Distrito Federal, elaborado pela SEF, mês de março/82;

PROCESSO Nº 1615/82 - Balancete da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, mês de março/82;

PROCESSO Nº 1959/82 - Ata da 720a. reunião e outras, da Companhia Imobiliária de Brasília;

PROCESSO Nº 2012/82 - Balancete desta Corte de Contas, mês de abril/82.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1092/82 - Convênio nº 020/82 celebrado entre o Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Central de Medicamentos, e o Distrito Federal, através da Secretaria de Saúde, com a interveniência da FHDF, para desenvolvimento de atividades de assistência farmacêutica. Veio juntar-se aos autos resultado dos trabalhos iniciais de fiscalização e controle da execução do ajuste, realizados pela 2a. ISCE.- Ao tomar conhecimento do convênio, o Tribunal decidiu fazer à Fundação Hospitalar a recomendação sugerida na instrução.

PROCESSO Nº 1657/82 - Balancete da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, mês de março/82;

PROCESSO Nº 1659/82 - Balancete da Fundação Cultural do Distrito Federal, mês de março/82.

- Relevando pequeno atraso verificado na remessa dos balancetes, o Tribunal deles tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1708/82 - Termo de permissão de uso celebrado entre a SHIS e a SAB, objetivando o uso, pela segunda, da Loja nº 04, Bloco B, da EQNP 12/16 - Taguatinga;

PROCESSO Nº 1709/82 - Termo de permissão de uso celebrado entre a SHIS e a SAB, objetivando o uso, pela segunda, da Loja nº 03, Bloco B, da EQNP 12/16 - Taguatinga.

- O Tribunal decidiu solicitar a audiência da Procuradoria-Geral, de acordo com os votos do Relator.

PROCESSO Nº 1717/82 - Nota de empenho nº 238/82 e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO Nº 1943/82 - Nota de empenho nº 193/82 e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana;

PROCESSO Nº 2011/82 - Nota de empenho nº 273/82 e outras, emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Conselheiro JOSÉ WAMBERTO propôs e justificou a inserção em ata de um voto de pesar pela perda de tantas vidas no pavoroso acidente aéreo ocorrido no Ceará. Manifestando sua solidariedade às famílias atingidas, destacou que entre as vítimas estava um consogro do Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO, o grande capitão da indústria EDSON QUEIROZ, que, além de importantes realizações no campo empresarial, teve a iniciativa incomum e benemérita de fundar a Universidade de Fortaleza.

O Senhor Presidente e os demais membros do Plenário, expressando sua consternação, associaram-se às palavras e à proposição do Conselheiro JOSÉ WAMBERTO; dar-se-á ciência da manifestação da Corte ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Ceará e aos Exmos. Senhores Membros do Tribunal de Contas daquele Estado.

A seguir, o Plenário, acolhendo propostas apresentadas, respectivamente, pelo Senhor Presidente e pelo Conselheiro JOSÉ PARSIFAL BARROSO, aprovou a consignação em ata de votos de exultação cívica pelo transcurso dos aniversários do Correio Aéreo Nacional, dia 12, e da *Batalha do Riachuelo*, dia 11, do corrente mês. Da primeira homenagem da Corte far-se-á comunicação ao Exmo. Senhor Ministro da Aeronáutica; da segunda, ao Exmo. Senhor Ministro da Marinha.

Finalmente, o Plenário, acolhendo proposta da Presidência, deliberou que o expediente desta Corte, nos dia 14, 18 e 23 deste mês, será encerrado às 15 horas, a fim de que os servidores do Tribunal possam assistir aos jogos do Brasil pela Copa do Mundo.

Nada mais havendo a tratar, às 17:30 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

GERALDO FERRAZ
JOSÉ WAMBERTO
JOSÉ PARSIFAL BARROSO
ROGÉRIO NUNES
JESUS DA PAIXÃO REIS
ROBERTO FERREIRA ROSAS

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

G. D. F. SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA, CONFORME EDITAL Nº002/82

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	FRANCISCA TEREZA MACHADO DE NASCIMENTO	85,0
2º	DILSA MARIA FERNANDES	84,4
3º	LAICE MONTEIRO CAVALCANTE	83,2

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
4º	MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA	83,2
5º	MARIA DA GLÓRIA DA MOTA	80,6
6º	MARIA JOANA RIBEIRO	80,4
7º	MARDOQUEU TORRES DOS SANTOS	77,4
8º	MARIA DO CARMO CALDAS	75,2
9º	JURANILCE XAVIER DA SILVA	74,6
10º	EDNA NAZARÉ SOARES SACRAMENTO	74,6
11º	MANOEL MESSIAS DE LIMA	74,0
12º	MARIA RODRIGUES DA SILVA	73,4
13º	MARIA LUDORIVA PINHEIRO	71,8
14º	DIRCE DIVINA CANTUÁRIO	71,6
15º	MARLUCE JARDIM DE OLIVEIRA	68,8
16º	JOÃO ROGÉRIO CARDOSO DE OLIVEIRA	68,6
17º	SÔNIA REGINA MARQUES DE SOUZA ARRUDA	68,4
18º	CREUZA DO NORTE GRACIANO	68,0
19º	MARIA TEREZA DE ALMEIDA RODRIGUES	67,6
20º	WAGNER FERREIRA SANTANA	66,0
21º	MARIA DO CARMO SILVA CAMPOS	64,8
22º	FRANCISCA DOS REIS MARTINS	64,6
23º	MARIA DA MACÊDO ARAÚJO	64,6
24º	MARIA JOSÉ DA SILVA NEIRE	64,2
25º	VALDEMAR MACIEL DE CASTRO	63,0
26º	GILSI MARIA ALVES MOREIRA	62,6

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr, Presidente

Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital nº 002/82 - FHDF, proponho a V.Sa., a homologação do presente Concurso.

Em, 11/06/1982

TANIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em, 11/06/1982

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF

G. D. F. – SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE RADIOTERAPIA, CONFORME EDITAL Nº 002/82-FHDF

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	DORIS OLIVEIRA DA LUZ	84,2

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr. Presidente

Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital número 002/82-FHDF, proponho a V.Sa., a homologação do presente Concurso.

Em, 11/06/1982

TANIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em, 11/06/1982

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF

G. D. F. – SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE HEMOTERAPIA, CONFORME EDITAL Nº 002/82 - FHDF.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	NILZA MARIA DOS SANTOS SOUZA	84,4

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr. Presidente

Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital nº 002/82 - FHDF, proponho a V.Sa., a homologação do presente Concurso.

Em, 11/06/1982

TÂNIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em, 11/06/1982.

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF

G. D. F. – SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, CONFORME EDITAL Nº 002/82-FHDF.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	WILSON DE LIMA FILHO	70,2
2º	PAULO ARLINDO POLCHEIRA	70,0
3º	JOSÉ MARSIGLIO NETO	69,6
4º	ROBERTO NICOLAU CAVALCANTE DE SOUZA	69,4
5º	DALMO GARCIA LEÃO	67,0
6º	ADELINO AMARAL SILVA	66,2
7º	RAIMUNDO CAVALCANTE DA SILVA FILHO	66,0
8º	MARIA GLEIDE PINTO	66,0
9º	ALOISIO BARBOSA CALADO FILHO	66,0
10º	FELIPE LUIZ CALVILLO	65,6
11º	HENRIQUE SOUTO MONTENEGRO	64,2
12º	ERICO LUSTOSA FERREIRA	64,0
13º	DINAIR BELARMINA DA SILVA	63,8
14º	ZITA RIBEIRO FIGUEIREDO DE NIEMEYER	63,0
15	LAELSON FREIRE BEZERRA	62,0
16º	RITA DE CASSIA TORRES DE FARIA	61,0
17º	MARIA DE LOURDES SUICA DOS SANTOS	60,0

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr. Presidente

Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital nº 002/82 - FHDF, proponho a V.Sa., a homologação do presente Concurso.

Em, 11/06/1982 .

TANIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos.
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em, 11/06/1982.

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	ALEXANDRE CAVALCANTE DE ALMEIDA	80,2
2º	FRANCISCO ELDEVAN PEIXOTO	79,0
3º	FLÁVIO JOSÉ DE SOUZA	76,0
4º	ROSECLER ESTEVES VERÍSSIMO	72,0
5º	DIMAS CAVALCANTE FERREIRA	71,6
6º	NORMA CÉLIA OLIVEIRA GOMES	71,4
7º	FÁBIO MELO DE SOUZA	70,0
8º	NIVALDO FERREIRA DOS SANTOS	69,8
9º	JACI NUNES CAVALCANTE	69,4
10º	JESSEUSLENE DA COSTA E SOUZA CARVALHO	68,0
11º	RAIMUNDA DA CONCEIÇÃO SILVA OLIVEIRA	67,0
12º	HAMILTON DOS SANTOS GOES	67,0
13º	ELI SERGIO BEZERRA DE MELO	66,4
14º	FRANCISCO CESAR BIANCHI	66,4
15º	SUELI ALVES DA ROCHA	66,2
16º	IONETE RABELO SANTANA GOES	66,0
17º	LINDALVA CAVALCANTE FIGUEIREDO	65,2
18º	LEADOR MACHADO	65,2
19º	FRANCISCO FERREIRA DA COSTA FILHO	64,8
20º	EDIVALDO DIAS ROCHA	64,6
21º	ODAIR DUTRA DE ANDRADE	64,6
22º	GETULIO LUIZ ALESSIO CASTRO REIS	64,0
23º	EDSON RODRIGUES DE DEUS	64,0
24º	ERNESTINO SANTANA DE SOUZA	62,6
25º	CONCEIÇÃO DE MARIA ROCHA DE JESUS	62,0
26º	ROGÉRIO CASSICH FURTADO	62,0
27º	JOSÉ CURSINO LOPES	61,8
28º	HULDA MATHIAS COLOMBELLI	61,6
29º	MARIA JOSÉ GARCIA	61,0
30º	MARIA GERALDA RODRIGUES	61,0
31º	MAGUEDA MAXIMIANO GOMES	60,8
32º	GENILSA CASEMIRO LOURENÇO	60,0
33º	JANDIR ALVES TEIXEIRA	60,0
34º	JOÃO DIAS DE OLIVEIRA	60,0
35º	JANEIDER ALVES FERREIRA	60,0

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr. Presidente

Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital número 002/82-FHDF, proponho a V.Sa., a homologação do presente Concurso.

Em, 11/06/1982.

TÂNIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em, 11/06/1982.

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB

CGC Nº 00.070.698/0001-11

AVISO AOS ACIONISTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB, comunica aos Senhores Acionistas que o capital da empresa, consoante proposta a ser submetida à Assembléia Geral Extraordinária, deverá ser aumentado de Cr$ 7.814.400.000,00 (sete bilhões, oitocentos e quatorze milhões e quatrocentos mil cruzeiros), para Cr$ 8.063.040.000,00 (oito bilhões, sessenta e três milhões e quarenta mil cruzeiros), pela utilização de créditos de capital pertencentes a acionistas atuais e registrados na contabilidade da Companhia. Em consequência, fica aberto, até 16.07.82, aos acionistas da empresa, de acordo com o art. 171 da Lei nº 6.404/76, o direito de preferência de subscrição das novas ações, pelo preço de emissão proposto de Cr$ 5,92 (cinco cruzeiros e noventa e dois centavos), observada a proporcionalidade existente entre o capital de cada um e o capital social da Companhia, devendo os interessados dirigirem-se ao Departamento Econômico-Financeiro da CEB, no 2º andar do edifício-sede, situado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, Lotes 106 e 136, nesta Capital, no horário de 09 às 12 e de 14 às 17 horas, de segunda a sexta-feira.

Brasília, 16 de junho de 1982

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Dias 17, 18 e 21)

G. D. F. - SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA, CONFORME EDITAL Nº 002/82-FHDF

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	CRISTIANE MARIA ALCANTARA BATISTA FERREIRA	92,60
2º	LUCIA MARIA MACHADO AFFONSO REGO	82,40
3º	TERESINHA DE JESUS SOBRAL	78,60
4º	HERBERT DE MOURA SANTOS ALBANO	75,20
5º	JOSÉ ALFREDO LACERDA DE JESUS	74,80
6º	NILCEIA PECLAT LESSA	74,40
7º	JEANE LUSTOSA VICTOR	73,80
8º	JACIRA BONSANTO	71,80
9º	MÁRCIO MOREIRA SALLES	71,20
10º	MARCONI EDSON COSTA MACHADO	70,80
11º	DÉA MARIA GUIMARÃES DE FREITAS LIMA	70,00
12º	CLAUDIO WERNECK MUNIZ	69,60
13º	ROSEANE MARTINS COSTA PEDREIRA	69,20
14º	PAULO CESAR ABREU DA BOUZA	69,00
15º	JACQUELINE MENDES DOS SANTOS	68,20
16º	MARIA DE FÁTIMA BEZERRA COSTA	68,00
17º	LIGIA HELENA GALVÃO SHELB	67,00
18º	MARIA CRISTINA SOUZA CUNHA	66,20
19º	GILBERTO PAIVA E SILVA	66,00
20º	SUELY DE OLIVEIRA MENDES	65,40
21º	SEMIRAMIS RODRIGUES COTTA	65,00
22º	OLAVO MENDONÇA FERREIRA	64,80
23º	DILZA TERESINHA ANDROS	63,80
24º	ROGÉRIO BANDEIRA LOBO	63,60
25º	OLAVO MEDEIROS MULLEN	63,20
26º	DENISE MARIA ZANETTE DA SILVA	61,80
27º	MIZUE OKINO OKUBO	61,00

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr. Presidente

Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital número 002/82-FHDF, proponho a V.Sª,, a homologação do presente Concurso.

Em, 11/06/1982.

TÂNIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em, 11/06/1982

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF

G. D. F. – SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE ONCOLOGIA CLÍNICA, CONFORME EDITAL Nº 002/82 - FHDF.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	MARIA CELESTE DOS SANTOS OLIVEIRA	71,8
2º	VÂNIA MARIA CABRAL	71,4
3º	ANTÔNIO CARLOS DE FREITAS MOURA	69,2

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr. Presidente

Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital número 002/82-FHDF, proponho a V.Sa., a homologação do presente Concurso.

Em, 11/06/ 1982.

TANIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em, 11/06/1982

JOFRÁN FREJAT
Presidente da FHDF

G. D. F. – SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICO NA ESPECIALIDADE NEFROLOGIA, CONFORME EDITAL Nº 002/82-FHDF.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	ALUISIO DA COSTA E SILVA	90,00
2º	NEY SOARES DE SOUZA	78,00
3º	VILBER ANTONIO DE OLIVEIRA BELLO	75,00
4º	JOÃO BATISTA TEIXEIRA PINTO	72,00
5º	EVANDRO REIS DA SILVA FILHO	70,00
6º	LUCILO CALDAS GOUVEIA	68,00
7º	KATIA Mª ELEUTERIO DE BARROS LIMA	64,00
8º	MARIA TEREZA VARGAS	60,00

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr. Presidente

Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital número 002/82-FHDF, proponho a V.Sª,. a homologação do presente Concurso.

Em, 11/06/1982.

TANIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em, 11/06/1982.

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF.

G. D. F. – SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICO NA ESPECIALIDADE NEUROLOGIA, CONFORME EDITAL Nº 002/82 - FHDF.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	MARIA HENRIQUETA CAMAROTE COSTA	81,60
2º	WAJIHA NASSER	80,00
3º	LUIZ ATAIDE JÚNIOR	73,60
4º	LUIZ ANTÔNIO MURATA	73,00
5º	NIVALDO TORRES VIEIRA	65,40
6º	HIPÓLITO GONÇALVES DOS SANTOS DIOGO	64,60
7º	MARIA JOSELY BRITO MOUSSALLEM DE ANDRADE	63,80
8º	HÉLIO JOÃO SEVERO	63,00
9º	ANA MARIA SALES LOW	61,80

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr. Presidente

Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital número 002/82-FHDF, proponho a V.Sª., a homologação do presente Concurso.

Em, 11/06/1982.

TANIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em, 11/06/1982.

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF.

G. D. F. - SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA TÉCNICO DE LABORATÓRIO - ÁREA DE HISTOLOGIA, CONFORME EDITAL Nº 002/82-FHDF

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	SIRLENE LOURDES PEREIRA CASTRO	82,0
2º	JOÃO BATISTA DA SILVA	80,0
3º	EDINAR JOAQUIM SILVA	79,4
4º	MARA RÉGIA DO COUTO EVANGELISTA	79,0
5º	JOSÉ RAMOS DA SILVA SOBRINHO	78,2
6º	CÉLIO ALVES CARDOSO	76,8
7º	ANGÉLICA MARIA LINS MENDES	76,2
8º	JOSÉ ANTÔNIO DE FARIA	75,2
9º	JOSÉ ARIMATEA MARQUES MORAES	75,0
10º	JOSÉ FRANCISCO DE FARIA	69,8
11º	VICENTE MORAES DE OLIVEIRA	68,0
12º	MARIA CLAUDIA PEREIRA VALVERDE	62,4

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
-Diretora-

Sr. Presidente

Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital número 002/82-FHDF, proponho a V.Sa., a homologação do presente Concurso.

Em, 11/06/1982

TANIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em, 11/06/1982.

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF.

G. D. F. – SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE HEMATOLOGIA, CONFORME EDITAL Nº 002/82- FHDF.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	CONCEIÇÃO DE MARIA LOPES RIBEIRO	75,8
2º	CARLOS SOUZA GUIMARÃES	70,8

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
-Diretora-

Sr. Presidente
Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital número 002/82-FHDF, proponho a V.Sa., a homologação do presente Concurso.

Em,11/06/1982.

TÂNIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em,11/06/1982.

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF.

G. D. F. – SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE SANITARISTA, CONFORME EDITAL Nº 002/82-FHDF.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	ILSON AVILA DOMINOT	81,00
2º	FLÁVIA FEIJÓ DE ALMEIDA CARDOSO	79,20
3º	GENILSE FERREIRA LOTFI	77,00
4º	VERDI FRANCISCO CRUZ	75,60
5º	DIANA LIRA FERREIRA MAIA MARTINS	71,20
6º	LUIZ FERNANDO ALVES DE CARVALHO	69,20
7º	HELENICE ARANTES DE FARIA	68,80
8º	MARIA CRISTINA RODRIGUES GUILAM	68,00
9º	FRANCISCO JOSÉ TRINDADE TÁVORA	67,20
10º	ELIZABETH DE SOUZA NEVES	67,00
11º	SANDRA SUELI PESSANHA FERREIRA	64,80
12º	ANA BEATRIZ ROSITO BARATA MACEDO	63,60

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr. Presidente
Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital número 002/82-FHDF, proponho a V. Sª, a homologação do presente concurso.

Em,11/06/1982.

TÂNIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em,11/06/1982.

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF.

G. D. F. – SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE CITOLOGIA, CONFORME EDITAL Nº 002/82 -FHDF.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	TÂNIA DA COSTA BARROS WANDERLEY	77,8
2º	MARIA NICÉLIA GOMES MACÊDO	76,2
3º	NELSON FERNANDO DE FREITAS PEREIRA	74,8
4º	TÉRCIA MARIA COELHO DE LEMOS	70,6

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr. Presidente
Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital número 002/82-FHDF, proponho a V.Sa. , a homologação do presente Concurso.

Em,11/06/1982 .

TÂNIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em,11/06/1982.

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF.

G. D. F. – SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE ANESTESIOLOGIA, CONFORME EDITAL Nº 002/82-FHDF

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	TEREZA CRISTINA RANGEL DE ALMEIDA	91,00
2º	ANA MARIA DE SANTIS DE CALDAS	88,20
3º	JOÃO PEREIRA JUNIOR	84,60
4º	HOLMES NASPOLINI FILHO	80,60
5º	KATIA GOMES BEZERRA DE OLIVEIRA	73,00
6º	REGINA CÉLIA DE ANDRADE FERREIRA	72,60

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr. Presidente
Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital número 002/82-FHDF, proponho a V.Sa., a homologação do presente Concurso.

Em, 11/06/1982

TÂNIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em, 11/06/1982

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MÉDIA FINAL
1º	NELSON GERALDO FREIRE NETO	95,40
2º	BENÍCIO OTON DE LIMA	84,60
3º	RONALDO SERGIO SANTANA PEREIRA	79,40
4º	ARLINDO MATTOS DE OLIVEIRA JÚNIOR	77,60
5º	PERIGUARI LUIS HOLANDA DE LUCENA	74,00
6º	MAURO PAIVA GOMES	73,00

ZÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA
Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- Diretora -

Sr. Presidente

Satisfeitas as formalidades estabelecidas no Edital número 002/82-FHDF, proponho a V.Sª., a homologação do presente Concurso.

Em, 11 / 06 /1982

TÂNIA GURJÃO FARIAS
Departamento de Recursos Humanos
- Diretora -

Homologo os resultados finais do presente Concurso.

Em, 11 / 06/1982

JUCRAN FREJAT
Presidente da FHDF.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 150/82-IDR

1ª CONVOCAÇÃO

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, convoca os concursados, abaixo relacionados, para comparecerem à Sede do Instituto, no Setor de Garagens Oficiais — Área Especial nº 01, no período de 18 a 21.06.82, das 8h 30min às 11h 30min, para tratar de assunto de seu interesse.

CATEGORIA FUNCIONAL	Nº DE ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME
AGENTE DE PORTARIA	001	257	Antonio Soares Guimarães
	002	264	José Dário Gonçalves Filho
	003	799	Eudinor Vieira Nascimento
	004	1030	Paulo Sérgio Ribeiro
	005	1075	Uésio Marques Dourado

O candidato que não se apresentar dentro do período fixado, na primeira convocação, permanecerá registrado no Cadastro de Pessoal Concursado — CPC e poderá ser reconvocado, mais uma vez, após a chamada do último classificado, dentro do prazo de validade do concurso.

Brasília, 14 de junho de 1982

WANDA DE MELLO LOBO ROCHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 151/82-IDR
1ª CONVOCAÇÃO

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a Portaria nº 35/81-SEA, de 24.07.81, convoca os concursados, abaixo relacionados, para comparecerem à Divisão de Pessoal da Secretaria de Administração, 7º andar do Anexo do Palácio do Buriti, no período de 18 a 21.06.82, das 8h 30min às 11h 30min e das 14h 30min às 17 horas, para tratar de assunto de seu interesse e apresentar os seguintes documentos.

— Carteira de Trabalho e Previdência Social;
— Abreugrafia;
— Atestado de sanidade física e mental.

CATEGORIA FUNCIONAL	Nº DE ORDEM	CLASSIFICAÇÃO	NOME
AGENTE DE PORTARIA	01	167º	Maria Odilia Queiroz
	02	168º	Luizelina de Fátima Vieira Garcez
	03	169º	Maria Geovany Bezerra Freitas
	04	170º	Narciza José Martins

O candidato que não se apresentar dentro do período fixado, na primeira convocação, permanecerá registrado no Cadastro de Pessoal Concursado — CPC, e poderá ser reconvocado, mais uma vez, após a chamada do último classificado, dentro do prazo de validade do concurso.

Brasília, 14 de junho de 1982

WANDA DE MELLO LOBO ROCHA
Superintendente

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos nºs 3.521 e 3.522.

de 28 de dezembro de 1976

Publicados no suplemento do

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

de 30.12.76

Formato pequeno de fácil manuseio.

À VENDA

No andar térreo do Anexo do Buriti

Seção de Distribuição do DODF

Preço Cr$ 20,00

Constituição da República Federativa do Brasil

7ª edição - 1982

Texto consolidado da Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1/69 e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/72 a 21/81.

Notas explicativas das alterações, com as redações anteriores.
Minucioso índice temático.
Formato bolso — 356 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal 22º andar — Brasília-DF.

Preço: Cr$ 200,00

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal), ou pelo reembolso postal.